



Por que ainda é necessário falar sobre igualdade de gênero em 2019?

Autora: Giovana Cristina Cotrin Loro

1º semestre/2019

Texto teórico

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;¹

Estamos em 2019 e ainda precisamos falar sobre igualdade de gênero. Isso parece curioso quando vivemos em contextos em que não há normas explícitas para proibir a participação de mulheres em quase nenhum grupo, também não há normas explícitas para reger o comportamento das mulheres. Digo quase, se é quase, ainda não há permissão para tudo. Na instituição católica, mulheres não têm papéis equivalentes ao de padres; em diversos grupos frequentadores de bares², é díspar a presença de homens e mulheres; cargos de alto escalão ainda são ocupados por homens em sua maioria, fenômeno que fica bem claro pelo *glass ceiling*³; além, é

¹ CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 abril 2019.

² MACHADO DA SILVA, L. O significado do botequim. In: _____. **Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2016[1969], p.4869.

³ Ver mais em: PAIVA, Adriana P. Divisão sexual do trabalho e teto de vidro: O desenvolvimento da carreira de mulheres cientistas. In: Mundo das Mulheres, 13., 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, UFSC, 2017. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503888934_ARQUIVO_TrabalhoAdrianaPontesPaiva.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2019.



claro, das discrepâncias salariais⁴, as quais contradizem a Constituição Brasileira no seu artigo quinto⁵ e a CLT, também no artigo quinto⁶. Isto posto, questiono: como essas disparidades podem ser explicadas se a população brasileira é constituída por mulheres e homens em equivalentes proporções⁷? Em busca de responder a essa questão, o objetivo deste texto será propor algumas explanações sobre por que ainda é preciso falar sobre feminismo em 2019, quando a impressão é de que o assunto já está óbvio.

Para isso, retomo Mead (2000), que, ao tratar sobre construções sociais de gênero, mostra como diferentes atribuições para características ditas femininas e masculinas não são naturais, mas vindas de emaranhados das culturas, das estruturas sociais. Para ilustrar esse movimento de construções sociais de gênero e a consequente atribuição dos papéis de cada gênero, uso alguns filmes. Sigo para Rubin (1993), para entender como o sistema sexo/gênero opera. Isso feito, analiso algumas reportagens entre os anos de 2017 e 2018 com base em Biroli (2009) e em Bourdieu (1998), para dar luz à reflexão sobre como a dominação masculina se estrutura na sociedade por meio das instituições sociais (igreja, escola, família, Estado) e pela mídia. Por fim, recorro a Adichie (2017) e a hooks (2018)⁸ para discutir, principalmente, o atual papel do movimento feminista.

Antes de seguir o caminho proposto, contextualizo brevemente o movimento feminista no Brasil pela perspectiva de Sarti (2004). No Brasil, o movimento feminista realiza uma dupla expressão: de um lado, é reconhecido por sua luta por meio de movimentos sociais, por outro, através de produção de conhecimento e de teorias que

⁴ ATAL, J. *et al.* **New Century, Old Disparities Gender and Ethnic Wage Gaps in Latin America.** Disponível em: <<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=2208929>>. Acesso em: 22 abril 2019.

⁵ Ver nota 1.

⁶ Art. 5º – A todo trabalho de igual valor corresponderá salário igual, sem distinção de sexo. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 24 abril 2019.

⁷ Disponível em:

<<https://pais.es.ibge.gov.br/mapa/ranking/brasil?indicador=77845&tema=5&ano=2018>>. Acesso em: 4 jun. 2019.

⁸ O nome da autora será sempre escrito em letras minúsculas por pedido da própria autora.



deem conta de repensar na luta das mulheres pela equidade. De acordo com a autora, o movimento feminista foi influenciado por pensamentos europeus e norte-americanos, também ganhou vieses marxistas por estar vinculados a grupos com esse viés. O surgimento do feminismo veio como contestação à ditadura militar de 1964 e teve sua eclosão na década de 1970.

Os fatores aos quais Sarti (*idem*) atribui a eclosão do feminismo vão desde a presença de mulheres na luta armada entre 1960 e 1970, passando pela “expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional” (*idem*, p. 39), até a difusão de métodos contraceptivos e de terapias psicológicas e psicanálise. No entanto, o principal fator para essa eclosão foi a declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975 como o Ano Internacional da Mulher. De acordo com a antropóloga, abriu-se a possibilidade da criação de grupos feministas “como o Brasil Mulher, o Nós Mulheres, o Movimento Feminino pela Anistia, para citar apenas os de São Paulo” (*idem*).

Sarti (*idem*) explica que, na década de 1970, as mulheres foram ganhando força dentro dos movimentos sociais urbanos organizados em bases locais, fortalecidas por associações de bairro junto a grupos da Teologia da Libertação, vinculados à Igreja Católica. Nessa dinâmica, a autora aponta duas tendências principais da corrente feminista nos anos 1970 (*idem*). Em uma corrente, o movimento teve atuação pública exerceu influências nas políticas públicas nos anos 1980; na outra, o movimento impactou relações interpessoais, o mundo privado (*idem*).

A autora ainda discorre sobre o início de 1980, período de redemocratização do país, quando as mulheres exiladas começaram a voltar para o Brasil e trouxeram com elas outras perspectivas sobre o feminismo, circunstância que contribuiu para aumentar na força do movimento: “[n]os anos 1980 o movimento de mulheres no Brasil era uma força política e social consolidada. Explicitou-se um discurso feminista em que estavam em jogo as relações de gênero” (SARTI, 2004, p. 42). Desde então, o movimento feminista foi ganhando o campo da medicina (obstetrícia e ginecologia) e



da violência contra mulher, com as delegacias específicas para atuar nesses crimes (idem).

Já em 1990, o movimento foi se expandindo e contextualizando as mulheres em suas realidades sociais: “[a]s mulheres tornam-se mulheres em contextos sociais e culturais específicos. A análise do feminismo, portanto, não pode ser dissociada do contexto de sua enunciação, que lhe dá o significado” (idem, p. 44)⁹.

Atualmente, temos no Brasil intelectuais e ativistas que discutem as intersecções de raça, classe, gênero e outras categorias analíticas. Esse debate pode ser visto em obras como de Djamila Ribeiro¹⁰, Carla Akotirene¹¹ e, também, Jurema Erneck¹².

Características ditas femininas ou masculinas: construções sociais de gênero

Quando pensamos sobre os papéis de gênero na sociedade atual, na nossa casa, na escola, devemos nos questionar por que estão assim colocados. Por que está posto que mulheres em geral devem exercer os cuidados da maternidade com dedicação – fenômeno visto por Gilligan (1993) como a “ética do cuidado” – enquanto ainda prevalece a ideia de que os homens devem ter bons empregos e que eles não sabem muito bem sobre as tarefas domésticas? Na mesma medida, por que mulheres políticas ganham maior destaque midiático em assuntos sobre personalidade e vida

⁹ Pontuo que extrapola o propósito desse texto discutir os diversos níveis de opressão sofridos por mulheres, mas não posso deixar de apontar que "ser mulher" não se trata de uma categoria universal, assim como proposto no debate do feminismo interseccional. Ver mais em: hooks, bell. **Não serei eu mulher?** Lisboa: Orfeu Negro, 2018.

¹⁰ Indico o livro: RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.

¹¹ Indico o livro: AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

¹² Indico: WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Vents d'Est, vents d'Ouest: Mouvements de femmes et féminismes anticoloniaux** [en línea]. Genève: Graduate Institute Publications, 2009.



privada e não por seus comentários analíticos (BIROLI, 2009)? São funções que não dependem de órgãos reprodutores para serem cumpridas, não é mesmo?

Podemos começar a refletir sobre esses questionamentos de forma mais crítica com base no livro *Sexo e Temperamento*, de Margareth Mead (2000), no qual a autora estuda três povos tradicionais na região de Nova Guiné. São eles: os Arapesh, os Mundugmor e os Tchambuli.

Logo nas primeiras páginas do livro, a autora diz ter encontrado em campo algo que não esperava e demonstra-se surpresa com a descoberta dos comportamentos atribuídos ao sexo biológico serem, na verdade, estruturados culturalmente:

Impus-me como problema o estudo do condicionamento das personalidades sociais dos dois sexos, na esperança de que tal investigação lançasse alguma luz sobre as diferenças sexuais. Eu compartilhava a crença geral da nossa sociedade de que havia um temperamento ligado ao sexo natural, que no máximo poderia ser distorcido ou afastado da expressão normal. Nem de leve eu suspeitava que os temperamentos que reputamos naturais a um sexo pudessem, ao invés, ser meras variações do temperamento humano a que os membros de um ou ambos sexos pudessem, com maior ou menor sucesso no caso de indivíduos diferentes, ser aproximados através da educação (idem, p. 27).

Mead (idem, p. 22) propõe “um relato de como três sociedades primitivas agruparam suas atitudes sociais em relação ao temperamento em torno dos fatos realmente evidentes das diferenças sexuais”. Ao comparar como os povos “dramatizaram a diferença de sexo, é possível perceber melhor [quais] elementos são construções sociais, originalmente irrelevantes aos fatos biológicos do gênero de sexo” (idem, ibidem). A autora compara características atribuídas aos homens e às mulheres de cada povo, as quais são diferentes da nossa sociedade, o que já indica gênero como uma construção social.

Para demonstrar como os comportamentos – temperamentos – são construções sociais, logo na introdução, a autora pontua um exemplo dos Mundugumor, onde os bebês nascidos com o cordão umbilical enrolado ao pescoço já têm definidos seus dons artísticos, a autora ainda destaca que



[q]uando ficamos sabendo, a seguir, que a insistência nessa associação é tão firme que apenas os assim nascidos fazem boas pinturas, enquanto os homens que nasceram sem um cordão estrangulante trabalham com humildade e sem arrogância e não alcançam nunca qualquer virtuosismo, **verificamos a força de que podem revestir-se tais associações irrelevantes, uma vez enraizadas firmemente na cultura** (MEAD, 2000, p. 21, destaque meu).

Com isso, fica claro o quanto associações completamente desvinculadas entre si acabam institucionalizando comportamentos. A forma que o cordão umbilical estava ganha significado e muda o comportamento das pessoas:

o homem construiu para si mesmo uma trama de cultura, em cujo interior cada vida humana foi dignificada pela forma e pelo significado. [...] Cada cultura simples e homogênea pode dar largas somente a alguns dos diversos dotes humanos, desaprovando ou punindo outros demasiado antiéticos ou por demais desvinculados de seus acentos principais para que encontrem lugar entre suas paredes. Tendo originalmente tirado os seus valores dos valores a alguns temperamentos humanos e estranhos a outros, na cultura incorpora esses valores cada vez mais firmemente à sua estrutura, a seus sistemas político e religiosos, à sua arte e sua literatura; cada geração nova é amoldada, firme e definitivamente, às tendências dominantes (idem, p. 20).

A autora notou que em dois povos não há diferenças nos comportamentos de homens e mulheres. No povo Arapesh, homens e mulheres devem ser dóceis, suscetíveis e cooperativos. Nos Mundugumor, mulheres e homens devem se comportar com violência e agressividade. Já nos Tchambuli, foi encontrada uma inversão do que vemos ainda hoje em nossa sociedade, pois as mulheres têm papéis dominantes e os homens são os dominados. Diante dessas constatações, deixa de haver “a menor base para considerar tais aspectos de comportamento como ligados ao sexo” (idem, p. 268), a autora conclui:

[s]ó ao impacto do todo da cultura integrada sobre a criança em crescimento podemos atribuir a formação dos tipos contrastantes. Não há outra explicação de raça, dieta ou seleção que possamos aduzir para esclarecê-la. Somos forçados a concluir que a natureza humana é quase incrivelmente maleável, respondendo acurada e diferentemente a condições culturais contrastantes.



Desse modo, fica mais do que esclarecido que “[e]ssa crença de que as mulheres estão, por natureza, mais interessadas na paz é, sem dúvidas, artificial, parte da mitologia que considera mulheres mais delicadas que os homens” (idem, p. 297).

Isto posto, sigo para Rubin (1993), autora que desenvolve um sistema denominado “sexo/gênero”. Rubin (idem) entende o sistema sexo/gênero como “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1993, p. 2). Para explicar como essas transformações operam, a autora sobrepõe as obras de Lévi-Strauss e Freud, dado que os autores consideram as diferenças entre homens e mulheres em suas análises:

[e]les fornecem instrumentos conceituais com os quais é possível construir descrições da parte da vida social que é o *locus* da opressão das mulheres, das minorias sexuais e de determinados aspectos da personalidade humana nos indivíduos (idem, ibidem).

A autora lê Freud pela perspectiva de Lacan, autor que faz uma leitura de Freud pelo viés de Lévi-Strauss. Rubin (idem, p. 6) faz essa escolha teórica pois, além desses autores localizarem os homens e as mulheres, eles tratam sobre os sistemas de parentescos e ela atribui a esses sistemas as “formas observáveis e empíricas de sistemas de sexo/gênero”.

Rubin (idem) retoma *As Estruturas Elementares do Parentesco* para explicar fatores relevantes à opressão das mulheres, esses fatores são a “dádiva” e o tabu do incesto. Para explicar a “dádiva”, a autora recorre a Mauss (1925), *Ensaio sobre a Dádiva*, e constata que “o significado da doação de um presente é que ele expressa, afirma ou cria um vínculo social entre os parceiros de uma troca” (RUBIN, 1993, p. 8). Dessa forma, a autora reitera que “os casamentos são a mais fundamental forma de troca de presentes, na qual as mulheres são os mais preciosos dentre eles” (idem, p. 9).

Para explicar por que o tabu do incesto é importante para configurar a diferença de gênero, Rubin (idem, p. 9) considera que Lévi-Strauss



defende que o tabu do incesto seria melhor compreendido como um mecanismo para assegurar que tais trocas se realizem entre famílias e entre grupos. Visto que a existência dos tabus do incesto é universal, mas o conteúdo de suas proibições variável, eles não podem ser explicados como tendo por objetivo impedir a ocorrência de acasalamentos geneticamente próximos.

Portanto, nessa lógica, “presentear mulheres tem um resultado mais profundo do que o de outras transações de presentes, porque o relacionamento estabelecido desta forma não é apenas de reciprocidade, mas de parentesco” (idem, *ibidem*). Seguindo esse raciocínio,

o parentesco é organização, e organização confere poder. Mas quem é organizado?

[...]

Para entrar numa troca de presentes como parceiro, a pessoa deve ter algo para dar. Se as mulheres estão à disposição dos homens para doação, elas não estão em posição de dispor de si mesmas para se dar (idem, p. 9).

Rubin (1993, p. 13) recorre a Freud pela perspectiva de Lacan, pois argumenta que a psicanálise “descreve os resíduos deixados nos indivíduos pela confrontação com as regras e regulações da sexualidade das sociedades que nasceram”. A autora revisita a concepção do complexo de Édipo e, com isso, afirma que “[o] menino troca sua mãe pelo *phallus*, o amuleto simbólico que poderá ser trocado no futuro por uma mulher. [...] O contrato social com o que ele concorda, reconhecerá um dia seus próprios direitos e o proverá com uma mulher que seja sua” (idem, p. 17). Nesse sentido,

[p]ara o menino, o tabu do incesto é um tabu a respeito de algumas mulheres. Para a menina, é um tabu a respeito de todas as mulheres. Como ela se encontra em uma posição homossexual com relação à sua mãe, a regra da heterossexualidade, que domina o cenário, torna sua posição absolutamente insustentável.

Por fim, destaco a consolidação das escolhas teóricas e do movimento argumentativo de Rubin (1993, p. 20):



A precisão com a qual Freud e Lévi-Strauss se combinam é tocante. Os sistemas de parentesco requerem uma divisão dos sexos. A fase edipiana divide os sexos. Os sistemas de parentesco incluem conjuntos de regras governando a sexualidade. A crise edipiana é a assimilação destas regras e tabus. A heterossexualidade obrigatória é o produto do parentesco. A fase edipiana constitui o desejo heterossexual. O parentesco baseia-se numa diferença radical entre os direitos dos homens e das mulheres. O complexo edipiano confere direitos masculinos ao menino, e obriga a menina a contentar-se com seus direitos diminuídos.

Diante das explanações de Mead (2000) e de Rubin (1993), podemos voltar nosso olhar para produções cinematográficas que ilustram a possibilidade de existir diferentes concepções para comportamentos atribuídos a mulheres e a homens. O curta metragem brasileiro *Acorda, Raimundo... Acorda!* e o longa metragem francês *Eu não sou um homem fácil* ilustram sociedades em que mulheres passam a ser dominantes e homens, dominados. As mulheres têm cargos e profissões ocupadas atualmente predominante por homens; é socialmente aceito que elas saiam para beber com suas amigas, falem sobre relações sexuais, tenham quantos parceiros acharem conveniente. São filmes que ainda tratam sobre a cisão de gênero e ainda tratam de relações heterossexuais, no entanto, são críticos à posição masculina dominante e possibilitam a abertura do debate sobre o assunto de maneira clara e descomplicada.

O esforço aqui empreendido foi para demonstrar que os diferentes comportamentos atribuídos a homens e a mulheres são construções sociais mantidas estruturalmente, por exemplo, pelo parentesco. Esses elementos que estruturam os papéis femininos e masculinos são vistos por Bourdieu (1999) como simbólicos e são sustentados por instituições sociais. Vou evidenciá-los por meio de reportagens atuais e por Biroli (2009) para trazer a reflexão sobre como a dominação masculina acontece no nosso cotidiano rotineiramente.

Como a dominação masculina opera



Para propor uma visão geral da estrutura da dominação masculina, faço uso da obra de Pierre Bourdieu (1999): *A Dominação Masculina*. Começo, pois, com o que o autor entende por dominação masculina:

violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (idem, p. 7).

Diante dessa definição, podemos perceber que para tratar sobre o tema, é necessário visitar alguns conceitos consagrados pelo autor. Precisamos falar sobre violência e poder simbólico e sobre as estruturas de (re)produção da dominação (família, igreja, escola e Estado).

Por “simbólico”, o autor faz uma ressalva ao apontar que o termo deve ser entendido pela busca “[d]a objetividade da experiência subjetiva das relações de dominação” (idem, p. 42), haja a vista o trecho a seguir:

[o] trabalho de construção simbólica não se reduz a uma operação estritamente performativa de nomeação que oriente e estructure as representações, a começar pelas representações do corpo (o que ainda não é nada); **ele se completa e se realiza em uma transformação profunda e duradoura dos corpos** (e dos cérebros), isto é, em um trabalho e por um trabalho de construção prática, que impõe uma definição diferencial dos usos legítimos do corpo, sobretudo os sexuais, e **tende a excluir do universo do pensável e do factível tudo que caracteriza pertencer ao outro gênero** [...] para produzir este artefato social que é um homem viril ou uma mulher feminina (idem, p. 33, destaque meu).

Ou seja, quando os dominados passam a agir, a pensar e a se posicionar de acordo com as estruturas de dominação, há reconhecimento e submissão. Percebemos esse movimento com exemplos do próprio autor: quando mulheres passam por adaptação de seus corpos às suas roupas justas, com decotes ou curtas; ou quando elas mesmas preferem homens mais altos para que sejam seus parceiros, reforçando a relação de dominante e dominado. Em situações como essa, os dominados aceitam e se submetem à dominação:



[q]uando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão (idem, p. 22).

Tendo em vista que a relação de dominação opera pelos meios simbólicos “da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (idem, p. 7) e que “[o trabalho de construção simbólica] se completa e se realiza em uma transformação profunda e duradoura dos corpos (e dos cérebros) [...] e tende a excluir do universo do pensável e do factível tudo que caracteriza pertencer ao outro gênero” (idem, p. 33), o autor tem o esforço de comprovar que essas estruturas de dominação não são a-históricas e:

que elas são produto de um trabalho incessante (e, como tal, histórico) de reprodução, para o qual contribuem agentes específicos (entre os quais os homens, com suas armas como a violência física e a violência simbólica) e instituições, famílias, Igreja, Escola, Estado (idem, p. 46).

Isto posto, fica claro que:

[a] dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanes a todos os habitus: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais (Ibidem, p. 45).

Além das instituições apontadas pelo autor como as estruturas de (re)produção da dominação, inclui também a mídia¹³ como mais uma instituição que difunde os elementos simbólicos da dominação masculina. Isso se torna muito evidente no artigo de Biroli (2009), no qual a autora discute que a “sub-representação das mulheres nos espaços formais de poder político soma-se sua sub-representação na mídia,

¹³ O poder da mídia fica nitidamente evidente no curta metragem: “Quem matou Eloá?” Disponível em: <<https://libreflix.org/i/quem-matou-eloa>> Acesso em: 26 jun. 2019.



especialmente no noticiário político” (idem, p. 272). A pesquisadora ainda propõe que “[o]s estereótipos de gênero presentes na mídia devem ser entendidos como produtos de uma dinâmica social mais ampla, que envolve a determinação de papéis diferenciados, e hierarquicamente distintos, para homens e mulheres” (idem, p. 273).

Ao trazer evidências empíricas, Biroli (2009) compara duas matérias de revista. Em uma, Márcio Thomaz Bastos é “caracterizado como ‘apreciador de boa literatura, pintura moderna e bons vinhos’” (idem, p. 294); em outra, “o fato [de Dilma Rousseff] gostar de ‘pintura e cultura chinesa’” (idem, p. 295) aparece como uma curiosidade.

Por fim, para não restar dúvidas sobre os motivos pelos quais ainda é necessário falar sobre igualdade e (des)construção de gênero em 2019, trago o que o ex-presidente da República diz no seu pronunciamento no dia das mulheres do ano de 2017:

[tenho] absoluta convicção, até por formação familiar e por estar ao lado da Marcela, do quanto a mulher faz pela casa, pelo lar. Do que faz pelos filhos. E, se a sociedade de alguma maneira vai bem e os filhos crescem, é porque tiveram uma adequada formação em suas casas e, seguramente, isso quem faz não é o homem, é a mulher [...] ela é capaz de indicar os desajustes de preços em supermercados e identificar flutuações econômicas no orçamento doméstico (TEMER, 2017).¹⁴

No referido discurso, ficam expostas ideias sobre a determinação do lugar doméstico e privado das mulheres (como “belas, recatadas e do lar”), como se fosse natural esse lugar delas, como se elas não tivessem a possibilidade de ocupar outros espaços e o quanto os homens estão isentos do cuidado com o lar e com a criação dos filhos.

Entre tantos outros casos, no início de 2019, da ministra do Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos que diz em um dos seus discursos: “[m]enino veste azul e menina veste rosa”¹⁵. Tal referência deixa patente a ideia dominante da

¹⁴ PRAGMATISMO. **Pragmatismo Político**. 10 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2017/03/discurso-de-temer-no-dia-da-mulher-virapiadainternacional.html>>. Acesso em: 20 abril 2019.

¹⁵ ESTADO DE SÃO PAULO. **Estado de São Paulo**. Disponível em:



construção de gênero por meio da escolha de cores, como se existisse uma cor para meninos e outra para meninas.

Ora, tendo em vista a discussão sobre a construção social de gênero, a dominação masculina e suas consequências visíveis e simbólicas, fica mais do que confirmada a afirmação de Luis Roberto Barroso, ministro do Supremo Tribunal Federal (STF): “[s]e homens engravidassem, aborto já estaria resolvido há tempos”¹⁶. Feita tal exposição, me volto às respostas de teóricas e ativistas feministas.

Algumas respostas de teóricas feministas sobre a dominação masculina

Atualmente, há uma vasta literatura sobre os posicionamentos e reivindicações dos movimentos feministas, contudo, escolhi duas autoras: bell hooks, nascida em uma cidade no sul dos Estados Unidos, e a nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie. A escolha foi feita considerando a trajetória de luta e contribuições teóricas das autoras por igualdade gênero, e pela discussão do tema ser feita pela perspectiva interseccional.

Diante das diversas obras de bell hooks, o livro “O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras” (2018) conta sobre a necessidade que a autora sempre teve de fazer um livro com linguagem simples e que funcionasse como um “manual do feminismo”, que ela pudesse dá-lo às pessoas e dizer: “o feminismo é isso!”. Com leitura fluida e linguagem clara, ela nos apresenta as lutas feministas, busca desconstruir os papéis de gênero e nos mostra que o “feminismo é para todo mundo”.

<<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,menino-veste-azul-e-menina-veste-rosa-dizdamaresalves,70002665826>>. Acesso em: 20 abril 2019.

¹⁶ AMARAL, Luciana. Se homens engravidassem, aborto já estaria resolvido há tempos, diz Barroso. UOL, São Paulo: UOL, 6 abril 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimasnoticias/2019/04/06/se-homens-engravidassem-aborto-jaestaria-resolvido-ha-tempo-dizbarroso.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 22 abril 2019.



A princípio, o esforço da autora é desconstruir as ideias dominantes (ou seja, dominadas por posições masculinas) sobre o feminismo: “[n]a maioria das vezes, pensam que feminismo se trata de um bando de mulheres bravas que querem ser iguais aos homens. Essas pessoas nem pensam que feminismo tem a ver com direitos - é sobre mulheres adquirirem direitos iguais” (hooks, 2018). A verdade é que “[f]eminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão” (idem).

Com isso, hooks (idem) vai nos mostrando o quanto o pensamento patriarcal estrutura todo um sentimento de inferioridade das mulheres:

[s]abíamos, por experiência própria, que, como mulheres, fomos socializadas pelo pensamento patriarcal para enxergar a nós mesmas como pessoas inferiores aos homens, para nos ver, sempre e somente, competindo umas com as outras pela aprovação patriarcal, para olhar umas às outras com inveja, medo e ódio. O pensamento sexista nos fez julgar sem compaixão e punir diretamente umas às outras. O pensamento feminista nos ajudou a desaprender o auto-ódio feminino. Ele nos permitiu que nos libertássemos do controle do pensamento patriarcal sobre nossa consciência (idem).

A autora nos mostra que, se todas e todos forem feministas, trará benefício para toda a sociedade:

[a revolução feminista] tornará possível que sejamos pessoas – mulheres e homens – autorrealizados, capazes de criar uma comunidade amorosa, de viver juntos, realizando nossos sonhos de liberdade e justiça, vivendo a verdade de que somos todas e todos “iguais na criação” (idem).

Tal aspiração também pode ser vista em Mead (2000) e em Rubin (1993, p. 21). Mead (2000, p. 303) sinaliza que

[s]e quisermos alcançar uma cultura mais rica em valores contrastantes, cumpre reconhecer toda uma gama das potencialidades humanas e tecer assim uma estrutura social menos arbitrária, na qual cada dote humano diferente encontrará um lugar adequado.

E Rubin (1993) propõe que a revolução feminista libertaria a todas e todos de uma suposta camisa de força do gênero, não se detendo apenas às mulheres.



Adichie, no livro *Para educar crianças feministas* (2017), escrito em forma de carta, a pedido de uma amiga, propõe formas de como educar crianças feministas e nos convida a (re)pensar sobre nossos posicionamentos. Uma de suas primeiras reflexões trata sobre a possibilidade de a esposa perdoar ou não o marido que foi infiel, e nos convida a pensar sobre o posicionamento do marido se a infidelidade tivesse acontecido pela esposa. Se o marido a perdoasse, a escolha da esposa de perdoá-lo “pode ser uma escolha feminista, porque não é moldada pela desigualdade de gênero” (idem, p. 13).

Adichie (idem) vai completamente contra as inúmeras ideias dominantes sobre as mulheres, as quais conferem reconhecimento à estrutura dominante e mantêm a submissão feminina. Uma dessas ideias é o enaltecimento de mulheres que “[dão] conta de tudo”, “mas não [se] questiona a premissa desse enaltecimento” (idem, p. 17). Essa é uma daquelas ideias que reforçam a existência da dupla jornada, o papel de cuidado e de dona de casa que as mulheres desempenham até hoje – devido à divisão sexual do trabalho –, enquanto estão no mesmo mercado de trabalho formal que os homens, trabalhando a mesma quantidade de horas e, por vezes, tendo o salário desigual e menor reconhecimento.

Em suma, a autora conduz reflexões acerca da dominação masculina e busca desconstruir os papéis de gêneros aos quais, muitas vezes, nos submetemos. Para observarmos esses papéis na sociedade, proponho que fiquemos com as seguintes questões: “quais são as coisas que as mulheres não podem fazer por serem mulheres? Essas coisas têm prestígio cultural? Se têm, por que só os homens podem fazê-las?” (idem, p. 37). Eu reformulo a questão e pergunto: e se homens e mulheres fazem “coisas com prestígio cultural”, por que a forma que essas atividades são atribuídas a homens e mulheres de formas distintas?

Adichie (1935) e hooks (2018) nos convidam a refletir sobre os posicionamentos de contestação que podemos ter no nosso cotidiano, nas nossas práticas diárias. Para além, as autoras nos chamam a atenção para repensar o lugar que, nós, como



mulheres, estamos ocupando e aqueles que deixamos, muitas vezes, de ocupar, por causa do sexismo ainda vigente.

Breves conclusões: a escola como caminho para a transformação

Alguns dos autores aqui citados colocam a educação exercendo grande papel influenciador na construção do que se entende como papéis de gênero e, também, a veem como caminho de transformação da dominação masculina. Mead (2000), por exemplo, afirma que não imaginava que as características que colocamos como “naturais” pudessem ser construídas por meio da educação:

[n]em de leve eu suspeitava que os temperamentos que reputamos naturais a um sexo pudessem, ao invés, ser meras variações do temperamento humano a que os membros de um ou ambos os sexos pudessem, com maior ou menor sucesso no caso de indivíduos diferentes, ser aproximados através da educação (idem, p. 27).

Já Bourdieu (1999) e hooks (2018) apontam a educação como desestruturação do status quo masculino para, assim, as cisões de gêneros darem espaço à igualdade. hooks propõe que “[m]ovimentos feministas futuros precisam necessariamente pensar em educação feminista como algo importante na vida de todo mundo” e que “[a] educação pública para crianças precisa ser um local onde ativistas feministas continuem fazendo o trabalho de criar currículos sem preconceitos” (idem).

Ao passo que Bourdieu (1999), por entender a escola como uma das estruturas (re)produtoras da dominação, não deixa de atribuir à instituição a possibilidade e a responsabilidade de “a longo prazo, sem dúvida, e trabalhando com as contradições inerentes aos diferentes mecanismos ou instituições referidas, contribuir para o desaparecimento progressivo da dominação masculina” (idem, p. 139).

Por fim, resalto: o que temos hoje como sexismo é um círculo de causa e consequência. Enquanto continuarmos a fortalecer a cisão entre características ditas femininas e masculinas, a construção de gênero se mantém consolidada, o que reflete



nas estruturas de (re)produção da dominação masculina, as quais difundem as violências simbólicas e a opressão às mulheres.

A proposta desse texto foi de demonstrar que os papéis de gênero que ainda hoje são tidos como naturais e que são postos sem qualquer tipo de questionamento são, na verdade, uma construção cultural-histórica, estruturada por instituições sociais e refletem nas assimetrias de gênero, na divisão sexual do trabalho e em violências materiais, simbólicas e físicas contra às mulheres. Por isso, ainda precisamos falar sobre igualdade de gênero. Diante dos fatos apresentados, percebemos o quanto esse campo está em disputa e que ainda mais é necessário avançar em discussões e em ações feministas. Partindo desse pressuposto, propus autoras feministas para nos apoiar nesse propósito de desconstrução dos papéis socialmente atribuídos ao gênero e, por conseguinte, das reverberações da dominação masculina.

Referências bibliográficas

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 34, p. 269-299, jan.-jun. 2010.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012 [1998].
- GILLIGAN, Carol. **In a different voice**. Cambridge: Harvard University Press, 1993.
- hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Grupo Editorial Record, selo Rosa dos tempos, 2018.
- MEAD, Margaret. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2000 [1935].
- RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: Notas sobre a "economia política" do sexo**. Tradução: Christine Rufino Dabat; Edileusa Oliveira da Rocha e Sonia Corrêa. Recife: Editora SOS Corpo, 1993 [1975].



SARTI, Cynthia. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 12, v. 2, p. 264, maio-ago. 2004.

Filmes citados

ACORDA, RAIMUNDO... ACORDA!. Produção de Alfredo Alves. Brasil, 1990. 16 min.
Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=snLsvVfF9X8>>. Acesso em:
26 jun. 2019.

EU NÃO SOU UM HOMEM FÁCIL. Produção de Eleonore Pourriat. França, 2018. 98 min.

Leituras recomendadas

MONCAU, Gabriela. 2018. Sistema sexo-gênero – Gayle Rubin. In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: <<http://ea.ffe.ch.usp.br/conceito/sistema-sexogenerogayle-rubin>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

PISCITELLI, Adriana. Comentário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 211-218, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332003000200009&Ing=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 jun. 2019.